


KANT: ESCLARECIMENTO, EDUCAÇÃO E A AUTONOMIA HUMANA

KANT: ENLIGHTENMENT, EDUCATION AND HUMAN AUTONOMY

KANT: ILUSTRACIÓN, EDUCACIÓN Y AUTONOMÍA HUMANA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-101>

Data de submissão: 13/07/2025

Data de publicação: 13/08/2025

Anderson Graboski de Almeida

Mestre em Filosofia

Instituição: Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED)

E-mail: andersongdealmeida@gmail.com

Lauro Roberto Lostada

Doutor em Educação

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

E-mail: lostada25@yahoo.com.br

Francine de Abreu Tedeschi

Mestra em Educação

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

E-mail: francine.at@gmail.com

Lidnei Ventura

Doutor em Educação

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

E-mail: llrventura@gmail.com

Fernanda Gonçalves

Doutora em Educação

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

E-mail: fernanda.goncalves21@udesc.br

RESUMO

Este trabalho analisa o pensamento de Immanuel Kant, destacando a articulação entre esclarecimento, educação e autonomia como fundamentos para a formação educacional e construção da liberdade humana. O esclarecimento, segundo Kant, é a saída da menoridade autoimposta, ou seja, da incapacidade de pensar por si mesmo, condição superada por meio do uso público da razão e da coragem de ser autônomo. A educação, nesse contexto, não é apenas uma transmissão de conteúdos, mas um processo histórico e ético que forma o indivíduo para a racionalidade, exigindo disciplina, instrução e moralização. Por fim, a autonomia é apresentada como o princípio central da moralidade kantiana, é agir segundo leis que a própria razão reconhece como universais, como imperativas, constituindo a finalidade última da educação. A formação para a autonomia é, portanto, uma exigência prática, ética e política, sendo a base de uma sociedade verdadeiramente esclarecida.

Palavras-chave: Kant. Esclarecimento. Racionalidade. Autonomia. Educação. Moral.

ABSTRACT

This paper analyzes Immanuel Kant's thought, highlighting the connection between enlightenment, education, and autonomy as foundations for educational development and the construction of human freedom. Enlightenment, according to Kant, is the way out of self-imposed minority—that is, the inability to think for oneself—a condition overcome through the public use of reason and the courage to be autonomous. Education, in this context, is not merely the transmission of content, but a historical and ethical process that forms the individual for rationality, requiring discipline, instruction, and moralization. Finally, autonomy is presented as the central principle of Kantian morality; it is acting according to laws that reason itself recognizes as universal, as imperative, constituting the ultimate purpose of education. Training for autonomy is, therefore, a practical, ethical, and political requirement, and is the foundation of a truly enlightened society.

Keywords: Kant. Enlightenment. Rationality. Autonomy. Education. Morality.

RESUMEN

Este artículo analiza el pensamiento de Immanuel Kant, destacando la conexión entre la Ilustración, la educación y la autonomía como fundamentos del desarrollo educativo y la construcción de la libertad humana. La Ilustración, según Kant, es la salida de la minoría autoimpuesta —es decir, la incapacidad de pensar por sí mismo—, una condición superada mediante el uso público de la razón y la valentía de ser autónomo. La educación, en este contexto, no es simplemente la transmisión de contenidos, sino un proceso histórico y ético que forma al individuo para la racionalidad, requiriendo disciplina, instrucción y moralización. Finalmente, la autonomía se presenta como el principio central de la moral kantiana; es actuar según leyes que la propia razón reconoce como universales, imperativas, y constituye el fin último de la educación. La formación para la autonomía es, por lo tanto, un requisito práctico, ético y político, y la base de una sociedad verdaderamente ilustrada.

Palabras clave: Kant. Ilustración. Racionalidad. Autonomía. Educación. Moralidad.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é produto das reflexões realizadas na disciplina “Pensamento Educacional Contemporâneo”, oferecida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, que estuda os clássicos da educação moderna e suas influências no pensamento educacional contemporâneo.

A proposta educativa de Immanuel Kant está ancorada no projeto da Ilustração ou Iluminismo, que compreende a educação como um processo de esclarecimento e instrumento de emancipação, liberdade e maioridade moral e intelectual do sujeito e da humanidade. E ainda que tenha abordado pouco o tema da educação, dedicando-se sobretudo à filosofia, legou à posteridade uma obra educativa fundamental intitulada “Sobre a Pedagogia” - escrita para um curso de verão ministrado na Universidade de Königsberg entre 1776/77, na qual apresenta suas razões para compreensão da educação como processo de humanização, haja vista que “O homem é a única criatura que precisa ser educada” (Kant, 1991, p. 11).

No pensamento de Kant (1724–1804), razão, liberdade e moralidade constituem os pilares fundamentais para a compreensão da humanidade. Um dos conceitos centrais de seu pensamento é o de Esclarecimento, cuja definição clássica é apresentada em seu texto de 1784, “Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?”. Para Kant, o Esclarecimento é “a libertação do homem de sua imaturidade (Unmündigkeit) auto-imposta” (Kant, 2012, p. 145).

A menoridade, ou imaturidade, segundo Kant, não é uma condição natural, mas é algo autoimposto por meio da preguiça e da covardia humana de pensar por si mesmo. Isso leva os indivíduos a preferirem a comodidade da tutela do que o esforço para a utilização da razão. Quando Kant (2012, p. 145) proferiu sua famosa frase “*Sapere Aude!* Tenha coragem de usar sua própria mente (*Verstandes!*)”, ele pretendia resumir o Esclarecimento, pois usar a sua própria mente significa tornar-se um sujeito autônomo.

O autor reconhece que a razão humana, embora capaz de formular juízos universais *a priori*, encontra limites, especialmente quando trata de questões abstratas como Deus e liberdade. Todavia, limites não invalidam a razão ou a capacidade de julgamento, mas apontam para seu uso prático, ou seja, se possuímos juízos *a priori*, então podemos partir de imperativos morais que podem orientar nossas ações. Nesse sentido, se não há a possibilidade de contato empírico com Deus ou a liberdade não é materializada, nossa racionalidade manifestará juízos e valores que são válidos e os quais nos conduzirão à ações que serão boas e aplicadas universalmente. Essa definição leva aos conhecidos imperativos kantianos que levam o sujeito a **agir como se a máxima de sua ação devesse ser erigida em lei universal da natureza**, mas devem **agir de tal maneira que tratem a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de outrem, sempre como um fim e nunca como um meio**. Para o sujeito individual, o

corolário disso é que minha razão proporcionará a minha liberdade na medida em que eu, autonomamente, siga preceitos racionais para a ação. É nesse contexto que o Esclarecimento se revela como um projeto ético e também educativo, no qual o indivíduo deve aprender a agir segundo princípios racionais que, de forma autônoma, ele mesmo reconhece como válidos, mas levando em conta a vida em sociedade.

Neste trabalho veremos que, em um primeiro momento, Kant define o esclarecimento como a superação da menoridade auto-imposta, menoridade no qual o indivíduo, por preguiça ou covardia, depende de outros para pensar. Será destacado que a autonomia racional exige coragem para usar a própria razão, mas esse processo não é apenas epistemológico, mas moral, pois implica libertação da heteronomia, o que exige um esforço contínuo de reflexão e ação ética. Desta forma, o esclarecimento é um projeto prático e educativo, fundamentado na liberdade e na responsabilidade individual.

Em um segundo momento, inferimos que para Kant a educação desempenha um papel no qual o ser humano supera sua condição inicial de animalidade e desenvolve suas potencialidades racionais e morais. Daí sua insistência em dizer que a condição de humanidade não é um dado natural, mas uma conquista histórica, construída por meio de um processo formativo que envolve disciplina, instrução e moralização. A escola, nesse caso, não é apenas um espaço de transmissão de conhecimentos, mas um ambiente de formação para a liberdade, onde os indivíduos aprendem a pensar de forma crítica e a agir de forma autônoma.

Nesse sentido, a autonomia emerge como o principal objetivo da moralidade kantiana. Ser autônomo significa agir segundo as máximas que podem ser universalizadas, independentemente de inclinações emocionais subjetivas ou pressões externas. Essa autonomia é resultado de um processo educativo que prepara o sujeito para resistir à heteronomia. Dessa forma, Esclarecimento, educação e autonomia estão ligados no pensamento de Kant, formando três elementos fundamentais para a realização da liberdade humana.

De forma resumida, exploraremos esses três conceitos de maneira articulada. Abordaremos o Esclarecimento como projeto moral, destacando sua relação com a superação da menoridade e o uso público da razão. Examinaremos o papel da educação como mecanismo de formação da humanidade, analisando seus aspectos disciplinares, cognitivos e éticos. Por fim, discutiremos a autonomia como finalidade da formação moral, demonstrando como ela destaca as ideias kantianas de liberdade e racionalidade prática e o quanto transcendem aos séculos, revelando vívida contemporaneidade.

2 O ESCLARECIMENTO COMO PROJETO MORAL

Kant resume o Esclarecimento a partir da definição de que devemos nos libertar da menoridade autoimposta. A menoridade, ou imaturidade, é entendida como a incapacidade de fazer uso do próprio

entendimento sem a direção de outros e sua superação não diz respeito à falta de razão, mas sim à coragem e à determinação para usá-la. Não se trata de uma menoridade natural ou jurídica (Filho, 2019, p.62 - 63), mas de uma condição que o homem, por conforto ou falta de coragem, impõe a si mesmo.

Assim, o Esclarecimento não é apenas uma questão epistemológica, pois a falta de decisão e coragem para usar a razão remete a uma questão de ação, conectando a menoridade à moralidade. Trata-se, portanto, de um problema prático, um ato de coragem e determinação para usar a razão. A máxima "*Sapere aude!*" sintetiza o projeto kantiano, que é um convite à autonomia racional. No entanto, o filósofo reconhece que a maioria permanece na menoridade por preguiça e covardia, afirmando:

É tão cômodo ser imaturo. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um pastor que tem consciência por mim, um médico que decide a respeito de minha dieta etc., então não preciso nem tentar. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar do trabalho cansativo. (Kant, 2012, p. 145)

Assim, o filósofo aponta que o próprio homem pode ser responsabilizado por essa menoridade na medida que é incapaz de pensar por si mesmo. Kant já havia estabelecido os limites da razão no campo do conhecimento teórico, mostrando que a razão humana, ao investigar a si mesma, reconhece seus próprios limites. Em sua obra crítica, Kant estabelece que a razão é capaz de elaborar juízos sintéticos *a priori*, ou seja, na razão pura (sem a necessidade de experiências sensoriais) é possível haver nela conhecimento intrínseco. A *Crítica da Razão Pura* é uma vasta obra, mas já no início Kant menciona que a razão humana possui juízos *a priori* que independem da experiência, sendo que alguns desses juízos são puros. Desta forma, descreve:

[...] designaremos, doravante, por juízos *a priori*, não aqueles que não dependem desta ou daquela experiência, mas aqueles em que se verifica absoluta independência de toda e qualquer experiência. Dos conhecimentos *a priori*, são puros aqueles em que nada de empírico se mistura. (Kant, 2001, Introdução. B3)

Para Kant, alguns conhecimentos devem ser fundamentados como universais e necessários, como é o caso da matemática e da física, não havendo necessidade de experimentação sensorial. No entanto, no interior de sua epistemologia, há uma diferença bastante importante entre conhecimentos *a priori* e puros. Os juízos *a priori* são válidos independentemente da experiência, podendo ainda incluir conceitos empíricos, enquanto os conhecimentos puros são aqueles *a priori* completamente livres de qualquer elemento empírico, como as formas lógicas ou as intuições de espaço e tempo. Por exemplo, $7 + 5 = 12$ é, para Kant, um conhecimento *a priori* puro, pois sua verdade não depende de observações, ao passo que a proposição "Todos os corpos têm extensão" é um conhecimento *a priori*, mas não é puro, pois é uma afirmação lógica, universal, em que o predicado está contido no sujeito; porém, o conceito de "corpo"

pressupõe dados empíricos, ao passo que é necessário a experiência de corpos materiais. Essa distinção é essencial para sua teoria, pois estabelece que estruturas como espaço, tempo e certas categorias são condições *a priori* puras e, a partir dessas estruturas puras e *a priori*, a experiência se torna possível.

Mesmo existindo categorias *a priori* na razão, Kant estabelece limites à razão, afirmando que há questões bastante abstratas, como liberdade ou Deus, por exemplo, que extrapolam o alcance teórico. A razão é sistematicamente organizada para buscar respostas mesmo para aquelas categorias que não podemos conhecer empiricamente. Com isso, Kant começa a apontar para outro uso possível da razão, que é o uso prático, ligado à moral. Diante das possibilidades da razão, o homem é capaz de distinguir o que é correto ou não fazer o que está errado. Por exemplo, mesmo um indivíduo sentindo desejo de assassinar alguém, a razão ditará imperativamente que um assassinato não é uma ação lógica e universal a ser tomada e, portanto, não é uma ação moralmente boa. Dessa forma, ao seguir esse imperativo da razão, o indivíduo estará exercendo a liberdade de não agir de modo moralmente errado.

É nesse contexto que o Esclarecimento deve ser entendido. Segundo José Edmar Lima Filho (2019), Kant define Esclarecimento com base nos conceitos de “menoridade” e “culpa”, e o faz dessa maneira, pois os compreende dentro do universo prático. “Menoridade”, ainda segundo Filho (2019), não é simplesmente uma fase biológica ou jurídica, superada com a idade (passagem dos 17 para os 18 anos, por exemplo), mas uma condição existencial de dependência, em que o indivíduo delega a outros o uso do seu próprio entendimento. A “culpa” por essa condição indica que a permanência nela se dá por escolha - ou, mais precisamente, por falta de coragem e decisão (Filho, 2019). Kant argumenta que a menoridade se perpetua devido à preguiça e à covardia humanas, características que fazem com que os indivíduos aceitem a tutela de outros e prefiram a comodidade à liberdade. Segundo o autor:

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a Natureza de há muito os liberou de uma direção alheia [A482] (naturaliter maiorennes), continuam no entanto de bom grado tutelados durante toda a vida. São também as causas que explicam por que é tão fácil que os outros se constituam em seus tutores. (Kant, 2012, p. 145)

Dessa forma, o Esclarecimento kantiano não se resume a uma questão de aquisição de conhecimento, mas está profundamente vinculado à autonomia moral. O indivíduo esclarecido é aquele que faz uso público de sua razão, que pensa por si mesmo, que rejeita a tutela de autoridades externas e que age segundo princípios que ele próprio reconhece como válidos. Assim, Kant estabelece a liberdade de uso público da razão como a base da maturidade do indivíduo, pois “[...] para este esclarecimento porém nada mais se exige senão liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um uso público de sua razão em todas as questões” (Kant, 2012, p. 146). Isso implica uma saída da heteronomia, ou seja, da submissão a regras externas, em direção à autonomia,

o princípio fundamental da moralidade kantiana, posteriormente desenvolvido na obra “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”.

O texto sobre o Esclarecimento também mostra que essa autonomia não ocorre automaticamente. Não é a idade ou o acúmulo de informações que torna alguém esclarecido, mas o exercício ativo da razão, o esforço contínuo para pensar e agir por conta própria. Kant (2012) destaca que muitos permanecem na menoridade por toda a vida e até mesmo se sentem confortáveis nela, justamente porque essa condição evita o esforço de pensar autonomamente.

Desta forma, não se pode compreender adequadamente o problema do Esclarecimento sem integrá-lo à problemática moral. Não é somente uma questão epistemológica, pois esse problema se enraíza no uso prático da razão e no ideal da autonomia, o que reforça a importância da educação e da formação ética como meios para a realização plena do esclarecimento humano. Assim, o Esclarecimento pode ser definido como uma tarefa moral, prática e educativa, que exige coragem, disciplina e perseverança.

3 EDUCAÇÃO COMO FORMAÇÃO DA HUMANIDADE

A visão de Kant sobre a educação apresenta algumas proposições interessantes sobre a formação da humanidade. O autor entendia a educação como um mecanismo essencial para o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral do indivíduo. Para Kant, a educação não se limita à mera transmissão de conhecimentos, mas deve cultivar a capacidade crítica e reflexiva, permitindo que o ser humano saia de sua condição de dependência intelectual e animal e alcance a maioridade, preparando o sujeito para pensar por si mesmo.

No escrito “Sobre a Pedagogia”, o autor reflete sobre a ideia de que a educação é fundamental para a formação do ser humano como um indivíduo pleno e moral. Kant enfatiza que a humanidade do homem não é algo inato, mas sim construída por meio da educação. Sem a educação, o ser humano permaneceria em um estado mais próximo da animalidade, guiado apenas por seus instintos. A educação é o processo que desenvolve a razão, a moralidade e a cultura, o que permite que o homem se realize como ser racional e autônomo. Segundo o autor:

O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muito ruins de seus educandos. (Kant, 1999, p.15)

A educação é um processo social que passa de geração em geração. Ninguém se educa sozinho, pois dependemos de quem veio antes de nós para transmitir conhecimentos, valores e disciplina. Isso cria

uma cadeia de formação em que cada geração é responsável pela seguinte. Kant também alerta sobre a falta de disciplina, pois se os educadores não foram bem formados em termos de disciplina e instrução, eles reproduzirão essas falhas aos seus alunos.

Integrado ao pensamento Iluminista do seu tempo, pois conhecia as obras dos enciclopedistas, tendo sido influenciado pelo “Emílio”, de Rousseau, para Kant, o homem (enquanto espécie) não nasce humano, mas torna-se humano por meio de um processo educativo que demanda, entre outras coisas: I. disciplina, para controlar os seus impulsos; II. instrução, para desenvolver a capacidade cognitiva; e III. moralização, para o agir correto (Kant, 1999). Esse processo demanda que os indivíduos sejam educados com disciplina desde criança, para que superem seu estado de animalidade e alcancem um estado de humanidade racional, moral e autônoma, pois, segundo o autor:

A disciplina é o que impede ao homem [...] de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais [...] A selvageria consiste na independência de qualquer lei. A disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força das próprias leis. Mas isso deve acontecer bem cedo. Assim, as crianças são mandadas cedo à escola, não para que aí aprendam alguma coisa, mas para que aí se acostumem a ficar sentadas tranquilamente e a obedecer pontualmente àquilo que lhes é mandado, a fim de que no futuro elas não sigam de fato e imediatamente cada um de seus caprichos. (Kant, 1999, p. 15-18)

Para não perdermos o contexto da afirmação de Kant e atribuir a ele tão somente um professor de moral prussiana, seria interessante considerar a dificuldade atual de professores e pais em propor aos estudantes e filhos alguma disciplina que, no final das contas, significa lidar com os limites da vontade particular em prol da coletividade. Ao que parece, o autor estende a ideia de autonomia inclusive para as paixões e desejos, que se não forem autorregulados, tornam-se impeditivos de quaisquer convivências.

É perceptível aqui uma dimensão ao mesmo tempo disciplinar e política da educação, na medida em que as crianças são disciplinadas na escola para que aprendam a ser cidadãos esclarecidos e racionais. Para evitar a interpretação meramente moralista, Kant entende que o ser humano é um projeto em constante construção, dependente de um processo histórico de aperfeiçoamento e que “não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar” (Kant, 1999, p.27). Ou seja, é necessário realizar uma pedagogia que permita que as crianças superem, via educação e disciplina, seu estado “animalesco”. Por meio de um processo educacional, as crianças deixarão seus estados de natureza instintiva para se tornarem cidadãos, tendo condições de marcharem para um estado esclarecido, autônomo e de maioria.

Como aponta Kant, a educação pode ser descrita como uma arte que se aprimora ao longo do tempo, beneficiando-se do acúmulo de conhecimentos transmitidos ao longo das gerações. Em uma passagem de “Sobre a Pedagogia” (Kant, 1999), o autor sugere que cada nova geração, ao herdar os

saberes e experiências das anteriores, está em uma posição mais vantajosa para promover uma educação mais eficaz e harmoniosa. Essa aquisição contínua permite que as potencialidades racionais dos indivíduos sejam desenvolvidas de maneira equilibrada e em consonância com seus propósitos essenciais, de modo que as potencialidades naturais da humanidade (que dizem respeito não aos instintos, mas à razão) sejam desenvolvidas de maneira equilibrada e em consonância com seus propósitos. Eis a sua definição:

A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e, assim, guie toda a humana espécie a seu destino. (Kant, 1999, p.19)

Dessa forma, de acordo com filósofo, a educação conduzia a humanidade como um todo em direção ao seu destino ideal, ou seja, a realização plena de suas capacidades e finalidades. A ideia central é que a educação é um processo coletivo, no qual o progresso de uma geração serve de alicerce para a seguinte, o que garante um desenvolvimento cada vez mais completo e alinhado com os objetivos humanos.

Kant compreende, portanto, a educação como elemento indispensável para o cumprimento da destinação moral do homem. Ele afirma: “A espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais que pertencem à humanidade” (Kant, 1999, p.12). A pedagogia kantiana reflete uma visão profunda e sistemática da educação como processo de humanização, já que defende uma formação integral que combine disciplina, instrução e moralidade. Nesse sentido, destaca-se também que um dos objetivos da educação para Kant é visar a autonomia racional do indivíduo.

4 AUTONOMIA COMO FINALIDADE DA FORMAÇÃO

Neste tópico, buscaremos demonstrar que a formação [*Bildung*] para a autonomia é a finalidade da educação. Como já vimos, para Kant, a autonomia é o princípio fundamental da moralidade. Um sujeito é autônomo quando age segundo o imperativo categórico, que consiste em uma lei universal que ele mesmo, racionalmente, reconhece como válida. Diante disso, a racionalidade humana é fundamental no que diz respeito a formação de imperativos categóricos que conduzirão o agir moral. Na Fundamentação da metafísica dos costumes, Kant afirma:

A autonomia da vontade é a propriedade que a vontade possui de ser lei para si mesma (independentemente da natureza dos objetos do querer). O princípio da autonomia é pois: escolher

sempre de modo tal que as máximas de nossa escolha estejam compreendidas, ao mesmo tempo, como leis universais, no ato de querer. Que esta regra prática seja um imperativo, isto é, que a vontade de todo ser racional lhe esteja necessariamente ligada como a uma condição, é coisa que não pode ser demonstrada pela pura análise dos conceitos implicados na vontade, porque isso é uma proposição sintética; seria mister ultrapassar o conhecimento dos objetos e entrar numa crítica do sujeito, isto é, da razão pura prática; de fato, esta proposição sintética que prescreve apodicticamente, deve poder ser conhecida inteiramente a priori. (Kant, 1964, n.p.)

Segundo Kant, a autonomia do sujeito se dá quando sua ação pode ser considerada lei para si mesma, universal e independentemente de desejos, interesses ou objetos externos. Isso significa que o sujeito moral age não por inclinações sensíveis ou imposições alheias, mas por princípios racionais que ele mesmo reconhece como universais. A autonomia exige que ajamos de modo que as máximas de nossa vontade (nossas intenções subjetivas) possam valer como leis universais, ou seja, que sejam válidas para todos os seres racionais. Na medida em que ajo de forma racional e universal, possuo liberdade, pois estou agindo autonomamente, sem um condicionante ou a dependência de uma autoridade ou objeto externo, heterônomo.

Essa autonomia é uma capacidade racional que precisa ser desenvolvida, e é aqui que a educação entra como elemento crucial no pensamento kantiano. Para Kant, a verdadeira educação deve formar indivíduos capazes de pensar e agir por si mesmos. Como vimos, em "O que é o Esclarecimento?", Kant define que a "Imaturidade é a incapacidade de empregar seu próprio entendimento sem a orientação de outro" (Kant, 2012, p. 145), a educação, portanto, deve libertar o indivíduo da heteronomia e da imaturidade e conduzi-lo à autonomia e a maturidade intelectual, em que ele age por convicção racional, não por coerção.

Em um trecho de Sobre a Pedagogia, Kant determina quatro princípios que os homens devem buscar na educação: 1. Ser disciplinado; 2. Tornar-se culto; 3. tornar-se prudente e, por fim, o homem deve, na educação

[...] cuidar da moralização. Na verdade, não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher apenas os bons fins. Bons são aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um. (Kant, 1999, p.26)

Kant destaca que os homens podem ser, assim como animais, treinados, porém, se faz necessário que sejam ilustrados, como vimos anteriormente, que aprendam desde criança a pensar. Isso determinará o conceito de bondade para o filósofo, já que somente será bom aquele que agir de forma autônoma, ou seja, por si mesmo, livre, utilizando da razão de acordo com imperativos categ[óricos. Dessa forma, a educação kantiana não significa adestramento, mas formação para a liberdade, preparando o indivíduo para agir como um ser autônomo e que tenha capacidade de agir com liberdade, para viver em sociedade.

A educação, portanto, tem o papel essencial de desenvolver essa autonomia. Ao formar sujeitos instruídos, forma-se também cidadãos que utilizam de sua racionalidade e, por consequência, cidadãos que são autônomos e capazes de contribuir para uma sociedade esclarecida. Destaca-se, desta forma, uma dimensão política como um dos papéis fundamentais da educação, em Kant. A filosofia moral e a pedagogia kantianas estão ligadas à realização da liberdade humana com aplicabilidade social.

No contexto do pensamento do autor, a autonomia ocupa um lugar central tanto na sua filosofia moral quanto na sua da educação, tendo por fundamento a liberdade humana. A educação, em sua verdadeira função, deve ser orientada não apenas para a instrução ou o desenvolvimento técnico, mas, sobretudo, para a formação moral, isto é, para a capacidade de o sujeito agir segundo princípios racionais que ele próprio reconhece como universais. Educar para a autonomia é educar para a maioridade, para a saída da tutela intelectual, tornando possível uma existência ética pautada pela razão. Nesse sentido, a proposta kantiana fica evidente: formar seres humanos livres, capazes de pensar por si mesmos, esclarecidas e autônomas.

Apesar de cunhados no final do século XVII, tais pressupostos são extremamente importantes na contemporaneidade, diante que estamos de sectarismos e fanatismos que representa a razão sequestrada pela menoridade.

A pensamento kantiano, forjado em um meio onde predominava o pensamento mágico, surgiu praticamente isolado em um cantão da germânia, a pequena cidade de Königsberg, ainda sob o domínio prussiano, mas que se espalhou como um rastilho de pólvora pela Europa, inaugurando uma nova era. Sua importância não se deve somente a erguer uma obra filosófica que pode ser considerada uma principais balastradas da modernidade, mas também em fazer coro aos grandes pensadores clássicos que colocam a educação como mola-mestra do desenvolvimento cultural da humanidade. Sua coragem impressiona, pois vive em um meio dominado pela religião, pela força militar e pelo capitalismo que dava seus primeiros passos, todos esses agentes procurando, a seu modo, controlar os sujeitos e a sociedade. Sobre isso, diz o filósofo:

Ouçó, agora, porém, excluir de todos os lados: não raciocinai! O oficial diz: não raciocinai, mas exercitai-vos! O financista: não raciocinai, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocinai, mas crede! (Um único senhor no mundo diz: raciocinai, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas obedecei!). Eis aqui - por toda a parte - a limitação da liberdade. (Kant, 2012, p. 146)

Como se vê, o processo de emancipação custa caro, pois significa contradizer e, muitas vezes, romper com hegemonias de dominação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESCLARECIMENTO, EDUCAÇÃO E AUTONOMIA

Para Kant, o esclarecimento não se limita somente à aquisição de conhecimento, mas está ligado à autonomia moral e à superação da menoridade intelectual. Podemos considerar que o esclarecimento se trata da coragem de pensar por si mesmo de forma autônoma, rejeitando a dependência de tutores externos, heterônimos, que decidem em nosso lugar. Essa emancipação demanda o exercício da razão, tanto no domínio público, quanto no domínio pessoal. Demanda também de uma educação que forme indivíduos capazes de agir de forma livre. Assim, o Esclarecimento parte de um processo educativo e a autonomia parte de uma educação moral, que deve combater a preguiça e a covardia de utilizar a razão.

A educação deve manter a disciplina, a instrução e a moralização, transformando a animalidade instintiva humana em humanidade racional. Kant enfatiza que o ser humano não nasce autônomo, mas torna-se autônomo por meio de um processo formativo que exige um esforço que deve atravessar gerações. A escola, nesse sentido, não é apenas um espaço de aprendizagem técnica, mas um ambiente de formação ética, onde as crianças desenvolvam a capacidade de pensar criticamente e agir segundo princípios universais. Sem essa educação orientada para a autonomia, o esclarecimento permanece uma meta distante, pois os indivíduos continuariam reféns de seus desejos, seus instintos primordiais ou da autoridade alheia.

A autonomia, por sua vez, é o eixo que articula esclarecimento e educação. Na moral de Kant, ser autônomo significa agir de acordo com máximas que podem ser universalizadas, independentemente de interesses internos, externos ou pressões sociais. Essa autonomia é construída por meio da educação, já que prepara o sujeito para resistir aos instintos primitivos, aos desejos e às imposições heterônomas. Quando Kant afirma que a vontade autônoma é aquela que se dá a si mesma suas próprias leis, ele reforça que a verdadeira liberdade não é a ausência de regras, mas a capacidade de seguir normas racionalmente legitimadas. Portanto, a educação que visa à autonomia é também uma educação para a liberdade, que é condição para uma sociedade esclarecida.

REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Companhia Editora Nacional [1964]. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_kant_metafisica_costumes.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? Trad. Márcio Pugliesi. *Cognitio: Revista de Filosofia*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-154, jan./jun. 2012.

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Trad. Ernani F. da Rocha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FILHO, José Edmar Lima. Esclarecimento e educação em Kant: a autonomia como projeto de melhoramento humano. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 42, n. 2, p. 59-84, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-3173.2019.v42n2.04.p59>. Acesso em: 15 fev. 2024.